

## Ata n.º 62 / XIII / 2.ª SL

Aos vinte dias do mês de janeiro de 2017, pelas dez horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia (OD):

1. **Informações gerais;**
2. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros** (n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República)
3. **Outros assuntos**

---

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Vice-Presidente, Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, na ausência do Senhor Presidente, assumiu a direção dos trabalhos, tendo dado as boas-vindas aos membros da Comissão, tendo passado diretamente ao Ponto 2. da OD, dada a inexistência de matéria a abordar no **Ponto 1.**

#### **Ponto 2.**

Seguidamente, o Senhor **Presidente** recebeu e saudou, em nome da Comissão, o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), e ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), explicando seguidamente a metodologia adotada para esta Audição Regimental, dando a palavra ao Senhor Ministro para a sua alocução inicial.

O Senhor **Ministro** perspetivou a política da política de cooperação para 2017, dado tratar-se da primeira audição do ano, existindo mudanças positivas: a eleição do Secretário-Geral da ONU que é português; a chefe do seu gabinete, uma diplomata brasileira; e a eleição do ex-Deputado Jorge Moreira da Silva para a direção da OCDE. E lembrou a realização da

conferência internacional sobre oceanos, com a organização, em setembro, do Ocean's Meeting, em Lisboa, com o relatório de progresso a apresentar em julho, Nova Iorque. No âmbito da política externa europeia, destacou a importância do desenho e implementação de parcerias para o desenvolvimento com países do SAEL, com forte corrente migratória, e em novembro, na Costa do Marfim, a cimeira Europa-África.

O novo conceito estratégico de cooperação 2014-2020 vai assumir três vertentes essenciais: parcerias entre o Estado e a Sociedade civil; combinação de formas e fontes de financiamento; e definição de objetivos em torno de "áreas-âncora", como a educação, a formação e a capacitação institucional.

Neste domínio, vão ser assinados programas já negociados com Moçambique, S. Tomé e Príncipe, e Cabo-Verde, e vão ser negociados novos programas com Timor-Leste e Guiné-Bissau. No âmbito da cooperação com os PALOP's, anunciou, ainda, um aumento de 80% do valor das bolsas para estudos superiores a conceder pelo Instituto Camões.

No domínio da cooperação delegada, vai registar-se uma alteração de escala. Até final de 2016, haviam sido assinados programas no valor de 32 milhões de euros. Nesta altura, o valor já ascende a 34 milhões, prevendo-se que no final do corrente ano ascenda a 128 milhões de euros, com a concretização de projetos com Angola, Timor-Leste e África Ocidental, juntamente com a Holanda, na área da segurança marítima.

Na cooperação bilateral e multilateral, vão existir programas com o Chile, o Brasil e o Uruguai, aproveitando a rede de cooperação existente, tendo sido realçado o papel da SOFIDE na busca de novos parceiros e fontes de financiamento.

**De seguida, em representação dos respetivos Grupos Parlamentares, intervieram os seguintes Deputados:**

**José Cesário (PSD)**, que após ter saudado o Senhor Ministro, realçou ser hoje o dia da tomada de posse do novo Presidente norte-americana e lembrou a ascensão da extrema-direita em França e a questão do BREXIT, pondo em causa as comunidades portuguesas nestes países. Portugal está muito dependente da realidade externa com que diretamente se relaciona, o que, entende, obriga a uma constante necessidade de ajustar a sua estratégia e, em particular, o dispositivo da rede consular no terreno, em resposta ao conjunto de exigências impostas por um mundo em mudança. Perguntou se existe por parte do Governo algum plano de médio prazo para este efeito, e se o Governo assume a necessidade de colocar mais diplomatas, técnicos e especialistas diversos. Questionou, ainda, sobre a posição de Portugal no respeitante à recomposição do Conselho de Segurança e dos seus

membros permanentes, e à coordenação das missões de paz em que Portugal participa. Finalmente, perguntou porque não se faz um balanço da avaliação dos resultados no concernente à cooperação, tendo em conta, também, o interesse nacional.

**Em resposta, referiu o Senhor Ministro** que Portugal é favorável ao alargamento dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, nomeadamente ao Brasil e à Índia, embora tal perca sentido, caso não se já revista a questão do direito de veto, sob pena de imobilização do Conselho. Portugal apoia a posição do Secretário-Geral da ONU sobre a revisão do funcionamento das missões de paz. E referiu, ainda, que Portugal pretende reforçar as suas missões e representações diplomáticas, para cujo efeito foi essencial a aprovação pelo Parlamento do orçamento do Ministério, estando já preparado o acionamento formal de concursos para preenchimento de 30 vagas para diplomatas e conselheiros, preferindo, porém, reforçar as Embaixadas já existentes, em vez de abrir Representações com um único elemento.

**Paulo Pisco (PS)**, que saudou o Senhor Ministro e restantes membros do Governo. Saliu a recente eleição nos Estados Unidos, onde nunca tanta coisa parece estar em mudança num tão curto espaço temporal, lamentando, contudo, a forma ligeira como questões extremamente relevantes têm vindo a ser abordados pelo Presidente indigitado, exemplificando com os casos dos comentários sobre a vetustez da NATO ou a desagregação da União Europeia. Perguntou quais as expectativas do Governo sobre o mandato da nova Administração norte-americana; que solução tem o Governo para a eventualidade de restrições à emigração no Reino Unido, onde existe uma forte comunidade portuguesa; e a que realidade concretamente se referia o Ministro ao mencionar “responsabilidades acrescidas” pelo facto de o Secretário – Geral da ONU ser português.

**Respondeu o Senhor Ministro**, afirmando que o Governo não possui reserva alguma relativamente à nova Administração norte-americana, pertencendo manter o tradicional bom relacionamento que sempre existiu do antecedente, tratando-se de dois antigos aliados e vizinhos atlânticos. Existe, resto, um programa bilateral rico que é para manter. Mas tal não significa que Portugal pretenda abdicar de nenhum princípio essencial ao processo de construção europeia e ao multilateralismo. Referiu que, logo após as eleições, foram estabelecidos contactos políticos e diplomáticos bilaterais de alto nível, junto da equipa de transição do novo Presidente. Anunciou esta já agendada reunião com o Senhor Tillerson

para discutir os dossiês em curso, designadamente, no âmbito das Lajes, a qual decorrerá a 28 do corrente mês, em Washington.

**Domicília Costa (BE)**, que após saudar os membros do Governo presentes, quis saber qual a situação dos professores de ensino do português no estrangeiro, alertando para a desvalorização da língua portuguesa, como é o caso de Cabo-Verde, onde passou a ser segunda língua no respetivo sistema de ensino. Manifestou, também, o receio sobre a situação dos portugueses residentes tanto no Reino Unido como nos Estados-Unidos, tendo perguntado se existem novidades acerca das negociações sobre a Base das Lajes, sua afetação e eventuais decisões.

**Respondeu o Senhor Ministro** não existirem consequências negativas para as comunidades portuguesas, decorrente da situação norte-americana, lembrando que a comunidade neste país é estável e consolidadamente estabelecida, não sendo, de há tempo, um destino privilegiado da emigração portuguesa, tendo prometido, porém, toda a atenção para qualquer inflexão desta tendência. Relativamente aos portugueses no Reino Unido, lembrou ser necessário que estes regularizem a sua situação urgentemente, sublinhando que as relações quer de Portugal, quer dos restantes países da União, face ao Reino Unido se regerão pelo princípio da reciprocidade. Porém, Portugal não pode esquecer que, independentemente das negociações de saída, tem um histórico antigo de relações que pretende manter. Finalmente, informou que o processo das Lajes não está encerrado, sendo matéria prioritária na agenda bilateral.

**Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, que saudou todos os presentes e, em especial, os membros do Governo. Registou no discurso do Senhor Ministro pontos de convergência com as posições do seu Partido, e uma divergência relacionado com um excesso de voluntarismo na política de relações externas, pretendendo-se "ir a todas", em vez de estabelecer prioridades. Perguntou se existe um roteiro calendarizado para a ação que considera essencial, no caso, a política externa comercial, exportações e investimento estrangeiro. E solicitou mais informação acerca de novos investimentos, em concreto. Questionou, ainda, acerca dos resultados da recente visita de Estado à Índia, quantas empresas nacionais integraram a delegação, e se existem já contratos negociados e exportações acordadas.

**Em resposta, referiu o Senhor Ministro** não existirem, de facto, divergências com o CDS/PP. Portugal possui um ativo importantíssimo que é a sua especial posição geográfica, a meio caminho entre a Europa e a América e África. Defendeu não existir qualquer dispersão na política externa, mas sim os efeitos do Programa “Internacionalizar”, já em curso. Referiu como principais áreas de interesse o turismo, maquinaria e aparelhos, e viaturas de transporte. Relativamente a investimentos assinados desde julho, destacou os 25 milhões da Vulcano, 125 milhões da Altri (celuloses), 26 milhões tanto da Dolphin (barcos de turismo) como da Bosh, 30 milhões paletas de biomassa, 36 milhões da Almonda e Renova, e 38 milhões de uma fábrica da Amy’s Kitchen (pronto-a-comer saudável). Totalizou 620 milhões, sendo 420 de investimento direto estrangeiro, agenciado pela AICEP. Mas lembrou que o “Internacionalizar” tem mais algumas dimensões que não apenas a do investimento direto, como sejam a diversificação de mercados (Tailândia, Austrália, Cantão/China), e a integração de cadeias globais de valor acrescido, designadamente nas tecnologias.

**Carla Cruz (PCP)** que começou por saudar o Senhor Ministro. De seguida, indicou a necessidade absoluta de prover ao acompanhamento de proximidade dos portugueses nos Estados Unidos. Relativamente ao BREXIT, salientou que Portugal deve fazer valer os direitos dos seus cidadãos. Acerca da questão palestiniana, perguntou qual é, efetivamente, a posição de Portugal: se a tradicional solução dos dois Estados ou a que tem vindo a manifestar no âmbito da EU.

**Respondeu o Senhor Ministro** terem sido reforçados seis postos consulares nos Estados Unidos. Relativamente ao BREXIT, lembrou ter sido o Governo português o primeiro a visitar o reino Unido após o anúncio do resultado do Referendo que decidiu a saída, e que as negociações para tal encetadas devem decorrer de forma única, conduzida pelas instituições competentes da União, em representação dos restantes 27 Estados-membros. Neste processo, a liberdade de circulação de pessoas é um ponto essencial, estando afastado o cenário absurdo de imposição de restrições a tal liberdade e à relativa a atividades comerciais. Lembrou, ainda, que o Senhor secretário de Estado das Comunidades se deslocou recentemente a Londres e Manchester, onde manteve reuniões com as comunidades portuguesas ali residentes, onde todas estas questões foram abordadas e discutidas. Mas alertou, porém, quanto à necessidade de os emigrantes nacionais naquele país deverem rapidamente regularizar as respetivas situações administrativas, lembrando que o formulário que é para tal preenchido, possui 85 páginas, escritas em inglês. Relativamente à questão palestiniana, referiu que Portugal defende a solução de dois Estados, sendo contra a política

de expansão dos colonatos, contrária à posição tradicionalmente defendida pela direita israelita.

**Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, para interpelar a Mesa, no sentido de que ficasse registado o facto de o tempo disponibilizado em grelha para a intervenção do CDS/PP não ser suficiente para uma exposição ampla e profunda das questões que considera relevantes.

**Sérgio Sousa Pinto (PS)**, que entretanto havia ocupado o lugar de direção dos trabalhos interveio, na qualidade de Presidente, para lembrar que a grelha de tempos havia em tempo sido discutida e aprovada por unanimidade em sessão da Comissão, propondo a remessa da discussão do assunto para a próxima sessão ordinária da mesma, caso em que poderá vir a ser devidamente ajustada.

**Iniciada a Segunda Ronda de intervenções, os Senhores Deputados seguidamente identificados, expuseram as seguintes questões:**

**Paulo Neves (PSD)**, para perguntar se o Governo está a apoiar instituições de apoio social na Venezuela que está a atingir a comunidade madeirense e qual o ponto de situação; na prevenção de conflitos, como poderia Portugal reforçar a sua participação em missões do género.

**Gabriela Canavilhas (PS)**, para abordar a questão da ação cultural externa, mormente após a aprovação de uma Resolução do Conselho de Ministros concretamente dedicada ao tema, perguntando se seria possível avançar algum detalhe da nova programação internacional prevista, a qual foi, pela primeira vez, ajustada entre os dois Ministérios competentes.

**Domicília Costa (BE)**, para questionar acerca da atual situação dos cerca de dois mil emigrantes portugueses lesados do BES, bem como acerca do procedimento concursal para recrutamento de professores de língua portuguesa, no exterior.

**Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, para questionar qual é hoje a situação do ensino da língua portuguesa no sistema oficial luxemburguês; e para que fosse esclarecida a situação dos recursos humanos consulares, pois se os *call centres* deixaram de funcionar, o facto é que não houve novas contratações.

**Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, para solicitar informação mais detalhada acerca do balanço e resultados da recente deslocação dos Senhores Primeiro-Ministro, e Ministro dos Negócios Estrangeiros; sobre o programa “Internacionalizar”, dado que as fontes oficiais já haviam

mencionado a sua implementação plena em setembro de 2016, perguntou se a aplicação do novo programa deixou de ter data concreta de implementação, e de que forma procede o Governo à deteção de novas intenções de investimento; finalmente, como pode ser interpretada a afirmação do delegado da AICEP em Xangai, ao referir que Portugal não está a ser adequadamente divulgado na China.

**Respondeu o Senhor Ministro que:**

Na ação cultural externa, a coordenação passou a ser assegurada pelo Instituto Camões, o qual gere, também, a sua vertente económica. O Governo irá apresentar durante o mês de fevereiro o seu programa anual de ação cultural externa, tendo lembrado que Portugal foi considerado o segundo país do Mundo que melhor exerce o seu *soft power*.

Sobre o problema do BES, referiu que a mesma é conduzida pelo Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Administração do banco.

Relativamente aos resultados da recente deslocação à Índia, foi assinalada a celebração de acordos nas áreas da isenção de vistos, colaboração na área da Defesa, comunicações eletrónicas, criação de uma cátedra de estudos portugueses em Goa, *startups* mistas, e a inauguração do Centro Português em Goa. Acerca dos resultados práticos da deslocação, remeteu a sua escalpelização para audição posterior, de forma a não ferir a confiança negocial da Parte indiana.

Tomou então a palavra o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para referir, relativamente à Venezuela, terem sido tomadas medidas urgentes de acompanhamento sanitário. No caso dos despedimentos de trabalhadores portugueses ocorridos na Arábia Saudita, a Embaixada daquele país em Portugal havia já prometido o pleno cumprimento dos acordos bilateralmente ajustados sobre a matéria, com o pagamento de salários em atraso a 86 trabalhadores, tendo o Estado saudita mostrado disposição para se sub-rogar na posição das empresas locais em falta, bem como no apoio às famílias daqueles trabalhadores. Referiu ter existido reforço de apoio consular, nomeadamente a reclusos e a proteção na infância, tendo igualmente sido incrementado o apoio ao associativismo.

**Seguidamente, intervieram os seguintes Senhores Deputados, para colocarem as questões que se assinalam:**

**Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, que interpelou o Governo para que disponibilize o Programa “Internacionalizar” à Comissão e, ainda, para que pudesse ser aclarada a resposta anterior à questão do montante previsto de investimentos, no âmbito do funcionamento do sistema de “deteção precoce”.

**Carla Cruz (PCP)**, para questionar acerca da insuficiência das 57 vagas autorizadas para reforço do pessoal consular, tal qual resultou das diversas audições de Embaixadores, entretanto havidas na Comissão; e acerca do processo de contratação de professores, perguntou se o Ministério dos Negócios Estrangeiros pretende ficar alheio ao mesmo, remetendo-o para o Ministério da Educação.

**Joana Lima (PS)**, que perguntou quais os saldos mensais das balanças de bens e comercial; relativamente às deslocações à Índia e China, que reflexos existem em matéria de investimento estrangeiro; e que dados contratuais práticos se podem retirar da realização em Portugal da *Websummit*.

**José Cesário (PSD)**, para questionar o Governo acerca da implementação da regulamentação da Lei da Nacionalidade, e do Relatório da Emigração de 2015, onde é evidente a redução do fluxo migratório em cerca de 30%, mas de onde desapareceu o mapa comparativo europeu emigração/imigração que costumava vir em anexo ao Relatório; finalmente, perguntou qual o motivo dos atrasos, nalguns casos de um ano em média, nos processos de integração de descendentes diretos de cidadãos portugueses.

**Paulo Pisco (PS)**, para realçar a relevância dos recentes encontros com as comunidades ocorridos em Londres e Manchester, tendo em conta a promoção de uma política de proximidade e perguntar de que forma o Governo integrou os resultados destes eventos na promoção de adequadas políticas públicas nas áreas relacionadas. Relativamente ao ensino do português no Luxemburgo, lembrou algumas declarações do Secretário de Estado das Comunidades em 2012, José Cesário, acerca da necessidade de dialogar com as autoridades do Luxemburgo, e propôs a realização neste país da próxima edição dos “Diálogos com as comunidades, lembrando que a salvaguarda do ensino dos idiomas maternos é uma decisão do Governo local, assim como da própria União Europeia.

**Carlos Páscoa (PSD)**, para perguntar se existe atualmente um reforço dos programas de ajuda às comunidades portuguesas na Venezuela e no Brasil; se existe alguma evolução na adoção de meios eletrónicos para os escrutínios eleitorais onde participem portugueses residentes no estrangeiro; e se existe algum processo específico de negociação para o caso dos lesados do BES residentes no estrangeiro.



**António Ventura (PSD)**, para questionar o Governo sobre o eventual interesse da china na utilização das Lajes, nas vertentes geopolítica e geoestratégica, recordando as recentes declarações do congressista Devin Nunes, sinalizando que as Lajes possuem a melhor localização geoestratégica do planeta; e ainda, qual o calendário, medidas e incremento no PIB, do investimento de 200 milhões de euros previsto para o *Air Centre* das Lajes.

**Em resposta, referiu o Senhor Ministro** que, relativamente ao Programa “Internacionalizar”, não pode para já divulgar os investimentos estrangeiros canalizados através da AICEP. Salientou não existir na diplomacia a “lei da rolha”. Referiu que 37 dos 57 lugares postos a concurso para pessoal consular estão já em fase de preenchimento. Desde 2013 que Portugal mantém uma balança comercial positiva, fruto do processo de ajustamento orçamental que foi feito e que deve ser devidamente aproveitado. De janeiro a novembro de 2016, a importação de bens e serviços desceu 0,3% relativamente ao ano anterior, sendo que a balança comercial melhorou 4% no mesmo período, pese embora os dados careçam ainda de consolidação. A União representa 76% do total de exportações, sendo que, se retirarmos o caso de Angola, as exportações para fora da europa subiram 1,6%. Quanto à Lei da Nacionalidade, considera tratar-se de um debate muito importante que deve ser promovido em conjunto por todos os Partidos, pois se existem falhas, certamente que existirão igualmente abusos. Quanto ao Relatório de Emigração, lembrou que o Observatório possui competência e autonomia científica para realizar o trabalho, e que se falta um mapa, se prontificaria a solicitá-lo. De seguida, confirmou a existência de um problema com o Luxemburgo, correspondente à decisão unilateral das suas autoridades, de anular um programa de ensino integrado da língua portuguesa que abrangia 500 crianças, tratando-se efetivamente de uma questão política, sendo que Portugal não admite a exclusão do português nos curricula do ensino oficial daquele país. Referiu contar para o efeito com o apoio de todos Deputados eleitos pelo círculo da europa, independentemente do Partido a que pertençam. Lembrou que, recentemente, o Primeiro-Ministro chinês efetuou uma escala técnica nas Lajes, a 15 dias de uma importante votação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, facto que motivo o encontro então ocorrido, o qual teria sido certamente promovido por qualquer Ministro com responsabilidades na condução da política externa. Prosseguiu, sublinhando que a base das Lajes é americana, estando vedada a sua utilização para fins militares a qualquer outro país. Não obstante, considerada a capacidade sobranse motivada pela redução de efetivos norte-americanos, o Governo pondera a possibilidade de a China poder participar em projetos de natureza científica, designadamente, no âmbito do *Air Centre*, cujo Convénio institutivo deverá ter lugar nos Açores, já na primavera.

**Prosseguiu o Governo, pela palavra do Senhor Secretário de Estado da Internacionalização**, para referir terem sido celebrados com a China diversos protocolos, designadamente, no processo de criação de um voo direto entre Portugal e China, a ter início em junho, bem como para atuação conjunta de parcerias sino-portuguesas para operar em terceiras geografias. Foram igualmente outorgados acordos para reforço do investimento chinês em Portugal, de que os casos da Fossun e da HLA (na TAP) são apenas o início. Vão igualmente ser criadas em Tianjin e Guadjong duas plataformas de armazenamento e distribuição logística dedicadas a vendas à distância, bem como uma rede de supermercados em Xangai.

Relativamente ao pessoal consular, referiu seguidamente **o Senhor Secretário de Estado das Comunidades** que já em 2006 haviam sido abertos concursos para 21 lugares, 10 Chanceleres e 3 Cônsules-Gerais Adjuntos. Em 2016, para além dos 57 lugares para pessoal consular, vão abrir concursos para mais 15 Chanceleres e 35 adidos. De seguida, efetuou um balanço dos “Diálogos com as Comunidades” no Reino Unido, e relativamente ao uso de plataformas eletrónicas em processos eleitorais, referiu tratar-se de matéria extremamente sensível, havendo que validar tecnologicamente a sua utilização segura e fiável, e, politicamente, em que processos eleitorais deve o mesmo ser utilizado.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** agradeceu a presença dos membros do Governo e declarou encerrada a reunião pelas doze horas e quarenta e cinco minutos.

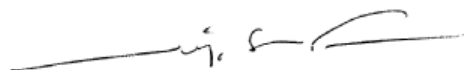
---

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20170120.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170120.mp3)

Palácio de S. Bento, 20 de janeiro de 2017

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Domicília Costa  
Filipe Lobo D' Ávila  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Joana Lima  
José Cesário  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Porfírio Silva  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
Adão Silva  
António Ventura  
Carla Cruz  
Maria Manuela Tender  
Pedro Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Nuno Magalhães  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira  
Lara Martinho  
Ricardo Baptista Leite

---



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 07/03/2017.**